

RESOLUÇÃO UNITÁRIA DA SETORIAL NACIONAL DE MULHERES AO 7º CONGRESSO NACIONAL DO PSOL

I. A luta das mulheres pelo Fora Bolsonaro e a construção unitária da Setorial de Mulheres

Vivemos na última década um importante avanço da luta feminista em todo o mundo. O levante das mulheres nos mais diversos países também se refletiu no fortalecimento e renovação do movimento feminista no Brasil. Neste bojo, as mulheres são um dos principais sujeitos políticos de oposição ao bolsonarismo com a construção dos históricos atos do Ele Não, primeiras mobilizações multitudinárias contra Bolsonaro, antes mesmo de sua eleição. No entanto, é um fato que a ascensão do bolsonarismo ao poder significou uma investida do conservadorismo contra os direitos das mulheres e em oposição a isso precisamos seguir firmes, assim como nos ensinam de forma pedagógica as mulheres indígenas ao ocuparem Brasília, agora em 2021 com o histórico 2ª Encontro Nacional das Mulheres Indígenas em defesa da vida e dos nossos territórios.

A gestão da Setorial de Mulheres do PSOL eleita no Encontro Nacional de Mulheres do PSOL em 2019 iniciou seus trabalhos com a importante missão de fazer frente ao projeto conservador, misógino, racista e LGBTfóbico de Bolsonaro tendo como tarefa prioritária a derrubada deste governo anti-feminista. Junto a isso, o Encontro de 2019 representou um passo importante para as mulheres do partido: a retomada da construção unificada da nossa Setorial significou um avanço político fundamental para a luta feminista do PSOL e deve seguir se fortalecendo.

Nestes dois anos de gestão, organizamos algumas iniciativas relevantes, mesmo diante do desafiador cenário da pandemia. Em 2020, promovemos um importante curso de formação política e técnica para as candidatas de todo o país, auxiliando na capacitação para que pudessem enfrentar o árduo terreno eleitoral. Em 2021, organizamos espaços coletivos de elaboração da nossa intervenção no 08 de Março através de uma plenária nacional com as filiadas e espaços de articulação com as parlamentares feministas do PSOL. Também nos posicionamos de maneira central junto à articulação e realização do 8 de março nacional unificado do movimento feminista brasileiro bem como outros espaços de articulação nacional do movimento de mulheres, como a Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, que convoca toda a militância feminista para a luta do dia 28 de Setembro em todo Brasil em defesa da vida das mulheres.

Durante estes dois anos, nos mantivemos firmes na luta por Justiça para Marielle e Anderson, com a campanha permanente do 14M, durante todos os meses, entendendo o papel fundamental que a luta feminista do PSOL têm no enfrentamento a violência política brutal que as militantes, ativistas e parlamentares feministas, pretas e travestis, do campo, das florestas, das águas e da cidade vêm sofrendo nessa conjuntura conservadora. Nesse período realizamos diversos debates virtuais sobre temas fundamentais para a luta feminista: defesa da saúde das mulheres, feminismo antiracista, a luta feminista internacional pela legalização do aborto e o enfrentamento à pandemia pela ótica das mulheres, quando lutamos pelo auxílio emergencial digno para as mulheres, em sua maioria negras e chefes de família.

Propomos essa Resolução como defesa da unidade das feministas do PSOL pela construção de um partido que avance cada vez mais na centralidade do feminismo em nosso programa e com o compromisso de que, no decorrer da próxima gestão do PSOL que se consolida neste 7º CNPSOL, realizaremos um novo Encontro Nacional de Mulheres com o propósito de avançarmos cada vez mais na construção do protagonismo das mulheres do PSOL no movimento feminista nacional e se conectando de forma mais ampla com a construção da organização das mulheres do partido em cada um dos estados, bem como, renovar a direção desta Setorial.

É também fundamental reafirmar que para o conjunto desta Setorial, a luta pelo Fora Bolsonaro é central e que as mulheres são força fundamental para derrotar Bolsonaro nas ruas. Estivemos em todos os atos convocados no último período, mobilizadas pela reivindicação de que a saída para a crise política, econômica e sanitária que enfrentamos passa necessariamente pela derrubada desse genocida do governo e, assim, nos manteremos no chamado amplo e unitário para o dia 2/10, em todo o Brasil.

II. Pelo avanço do combate ao machismo dentro do PSOL

A sociedade patriarcal e capitalista traz em si diversas relações opressoras e violentas que são normalizadas e naturalizadas num complexo ideológico intensificado por questões raciais, de classe e de gênero e sexualidade. Compreender esse cenário é importante para que se possa entender as bases fundamentais da nossa luta, que é feminista, classista, antirracista, antilgbtqi+fóbica e anticapitalista. É, em si, uma luta por igualdade, por liberdade e pela emancipação humana.

O espaço da política partidária, é um terreno de disputas do público e do poder, esferas cujo acesso foi historicamente negado às mulheres e reúne, ainda hoje, características limitadoras e opressivas para a participação política das mulheres.

Uma das bases fundamentais para fomentar a participação política das mulheres e a incorporação, pelo PSOL, da luta contra a opressão machista, é o combate à violência política de gênero nos espaços do partido. Assim, entendemos que é necessário e relevante recuperar e ampliar orientações para o enfrentamento ao machismo e suas violências e que garantam a atualização dos procedimentos de apuração e medidas disciplinares estabelecidas pela Comissão de Ética, em casos em que o objeto do processo trate de episódios marcadamente machistas. Recuperamos, inclusive, a necessidade da presença consultiva desta Setorial na relatoria de casos discriminados nesse tipo, para que os acúmulos de formulação e método das feministas do partido possam colaborar com os procedimentos.

Nesse sentido, e considerando que a violência contra a mulher é uma das faces mais perversas do machismo e suas expressões, e que sua prática não é compatível com a militância socialista e emancipadora, propomos que:

1. As Resoluções apresentadas pela coletividade das mulheres do PSOL, no 5º[1] e no 6º Congresso Nacional do partido (respectivamente 2015 e 2017), sejam cumpridas e ampliadas;

2. A Setorial Nacional de Mulheres deverá estimular a criação de Comissões Estaduais de combate à violência de gênero para o acompanhamento das denúncias de violência e assédio político;

3. A Setorial Nacional de Mulheres do PSOL se empenhará em criar campanhas de combate à violência política de gênero, assim como realizar formação política feminista para a militância do PSOL como uma forma de trazer elementos fundamentais para a sua superação.

III. Pela manutenção da proporcionalidade nos processos eleitorais

Neste momento o Congresso Nacional está debatendo alterações na legislação eleitoral. Ainda não estão nítidas como essas mudanças impactarão a ocupação de espaços políticos institucionais por mulheres, negras e LBTs. O Partido Socialismo e Liberdade reafirma seu compromisso em assegurar ao menos o patamar da legislação em vigor durante as eleições de 2020, mesmo que a nova lei estabeleça patamares inferiores. A conquista do financiamento e da aparição em propagandas proporcionais à quantidade de candidatas nas chapas é uma conquista da luta das mulheres e que continuará sendo defendida pelo PSOL.

[1] Normativa para o tratamento de casos de violência sexista dentro do partido

A seguinte normativa visa estabelecer um procedimento homogêneo para acolher vítimas e julgar casos de violência sexista cometidos por militantes e filiados do Partido Socialismo e Liberdade:

- 1) Os casos de violência sexista devem ser reportados à Comissão de Ética, que contará ainda com representante indicada pela Setorial Nacional de Mulheres para produção do relatório, avaliação do caso e julgamento;
- 2) É garantido o direito de defesa ao acusado, apresentado por escrito ou presencialmente à Comissão de Ética e representação da Setorial Nacional de Mulheres, sempre em separado do relato ou depoimento da vítima;
- 3) Sendo a vítima igualmente filiada ao Partido Socialismo e Liberdade, a Comissão de Ética pode encaminhar a suspensão imediata do acusado das atividades partidárias durante o tempo que durar o processo de apuração e julgamento do caso, assegurando a participação ativa, sem constrangimentos, da filiada em questão na vida partidária.
- 4) São sanções previstas:
 - Afastamento das instâncias partidárias e cargos de direção;
 - Participação em atividades mistas de formação política feminista;
 - Suspensão do filiado;
 - Expulsão do partido.